

HABEAS CORPUS Nº 507.441 - AC (2019/0122025-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RAVILLA ENDY DA ROCHA CUNHA DE BRITO
ADVOGADO : RÁVILLA ENDY DA ROCHA CUNHA DE BRITO - AC004482
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : LUIS FERNANDO VAN ROSSUN DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de LUIS FERNANDO VAN ROSSUN DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, proferido no julgamento do HC n. 1000374-50.2019.8.01.0900.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos artigos 299, caput, parágrafo único e 302, do Código Penal (falsidade ideológica e falsidade de atestado médico). A postulação de absolvição sumária contida na defesa prévia foi indeferida pelo juízo singular. Houve a interposição de recurso de apelação, tendo sido recebido, chamado o feito à ordem para revogar a decisão. A Câmara Criminal deu provimento ao Recurso em Sentido Estrito interposto para reconhecer a ocorrência de prescrição do crime do art. 302 do CP e prosseguir com a Ação Penal.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, em que foi denegada a ordem em acórdão assim ementado:

"Habeas Corpus. Falsidade ideológica. Trancamento da Ação Penal por falta de justa causa. Impossibilidade.

- A conduta descrita na Denúncia e atribuída ao paciente configura, em tese, o tipo penal a ele imputado, devendo ser afastado o argumento de atipicidade e com fundamento no qual ele pretende o trancamento da Ação Penal.

- O trancamento de Ação Penal por meio de Habeas Corpus é medida excepcional, somente admitido quando a falta de justa causa para a instauração daquela é evidente, com dispensa de qualquer exame do conjunto fático ou probatório.

- Habeas Corpus denegado." (fl. 59)

No presente *writ*, o impetrante insiste nas teses de inépcia da denúncia, atipicidade de conduta, incidência de extinção da punibilidade, ausência de indícios de autoria e de prova da materialidade do crime.

Pugna, assim, pelo trancamento da Ação Penal promovida em seu desfavor.

A liminar foi indeferida por decisão de fls. 548/550.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça.

O *Parquet* assentou em seu parecer:

"O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.

Na espécie, o tribunal de origem (no HC n. 1000374-50.2019.8.01.0900) entendeu que 'a narrativa contida na Denúncia configura, em tese, o crime a ele imputados, não havendo que se falar de falta de justa causa para a instauração da Ação Penal', concluindo pela não verificação de nenhuma das hipóteses previstas no art. 648 do Código de Processo Penal, que caracterizam o constrangimento ilegal.

Da decisão impugnada verifica-se a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, de modo que a análise da tese defensiva demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via do habeas corpus." (fl. 570)

Como visto no bem elaborado parecer ministerial, o qual adoto como razões de decidir, o trancamento da ação penal depende do exame aprofundado de provas, o que é incabível na via eleita.

De outra parte, a assertiva de que a punibilidade estaria extinta não foi submetida a debate na instância ordinária, sendo que este Tribunal Superior encontra-se impedido de pronunciar-se a respeito, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

